EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA __VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE MANAUS - AMAZONAS.

DÉBORA LIMA LOPES CAVALCANTE, brasileira, casada, desempregada, portadora da identidade RG n. 98002150086 SSP/CE, inscrita no CPF sob n. 631.642.993-20, residente e domiciliada residente e domiciliada à Rua Francisco Melo, n. 45, Bairro Japiim, Manaus, CEP 69.078-500, por seu advogado que a presente subscreve, conforme mandado anexo(doc.01), com escritório profissional situado na Av. João Valério, n. 325, sala 04, onde deverá receber as intimações de estilo, vem, respeitosamente, diante de Vossa Excelência, com fulcro no artigo 226, §6º da Constituição Federal, artigo 2º, IV e seguintes da Lei 6.515/77, combinado com os artigos 1566, III e IV e 1571, IV e seguintes do Código Civil, propor

ACÃO DE DIVÓRCIO JUDICIAL LITIGIOSO CUMULADO COM

PEDIDO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA

em face de **ALBERTO BARROS CAVALCANTE NETO**, brasileiro, casado, Oficial da Polícia Militar, domiciliado na rua Benjamim Constant, s/n – Petrópolis, Comando Geral da Polícia Militar, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

DOS FATOS.

A Requerente e o Requerido namoram desde 1999, contraíram núpcias em 12 de dezembro de 2003, cuja união nasceram dois filhos **DUANE RAISSA LOPES CAVALCANTE** e **FILIPE LOPES CAVALCANTE**, que hoje contam com 12 e 06 anos, respectivamente, conforme fazem prova a certidão de casamento e registros das menores, que a Requerente faz anexar à presente (docs. 02 a 04).

O Requerido, a cerca de quatro meses, abandonou o lar conjugal, por se tornar impossível o convívio do casal, abalado por diversas brigas em vias de agressões físicas, desta forma, se torna imperioso o divórcio do casal.

Consigna a Requerente que o Requerido tem condição plena de contribuir para a manutenção das crianças, vez que é Oficial da Polícia Militar, percebendo o salário suficiente para sua manutenção bem como de sua esposa e filhos.

É de se considerar que o a Requerente está desempregada e o imóvel em que vive é alugado com contrato de aluguel em nome do requerido, conforme contrato em anexo (doc. 05).

Relativo à obrigação do Requerido, para o eminente Yussef Said CAHALI, em sua festejada obra **DOS ALIMENTOS**, os genitores têm, em relação aos filhos, o dever de sustento e a obrigação de alimentação. **O dever de sustento diz respeito ao filho menor, e vincula-se ao poder familiar**, princípio que se fundamenta no artigo 1.566, IV, do Código Civil.

Querendo ver o vínculo matrimonial definitivamente dissolvido e o pagamento pelo Requerido de pensão alimentícia para os filhos e para si, a Requerente tentou, em vão, resolver a situação amigavelmente, motivo pelo qual vem se valer do Poder Judiciário para ter esses direitos garantidos.

DO DIREITO.

Trata o presente caso de dissolução da sociedade e do vínculo conjugal cumulada com pensão alimentícia para seus filhos e para si, intentada pela Requerente, que quer ver esse vínculo rompido, vez que se mostra impossível o convívio do casal, não restando razões que justifiquem a continuidade do casamento entre eles.

Dispõe o artigo 2º da Lei 6.515/77, bem assim o artigo 1571 do Código Civil, que, entre as formas de dissolução da sociedade e do vínculo conjugal, está o divórcio, que é o anseio da Requerente. Ademais, milita em favor da Requerente o quanto previsto pelo artigo 1580, §2º, do CPC combinado com o artigo 40, caput da lei 6.515/77, que dispõem que qualquer um dos cônjuges pode pedir o divórcio, combinado com a nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de 1 (um) ano ou de comprovada separação de fato por mais de 2 (dois) anos.

Outrossim, vem socorrer a Requerente a determinação do artigo 24 da Lei 6.515/77, quando infere que o divórcio põe fim ao casamento, o que cabe feito lúva ao caso presente, porque é exatamente o que a Requerente busca com a presente ação: ver declarado o fim definitivo de seu casamento.

Por outro lado, relativo à pensão alimentícia, dispõe o artigo 27 da Lei em questão, que o divórcio não modificará os direitos e deveres dos pais em relação aos filhos, mesmo que contraindo novo matrimônio.

E é com base neste dispositivo que vem a Requerente se postar diante desse MM.Juízo para requerer seja o Requerido condenado a pagar pensão alimentícia para a manutenção dos filhos casal, nos moldes do artigo 20 da mesma legislação, bem assim o artigo 1703 do

Código de Processo Civil, que preceituam que os cônjuges separados contribuirão na proporção de seus recursos para a manutenção dos filhos.

Baseado no dispositivo legal constante no Artigo 1.694 do Código Civil Brasileiro a Requerente encontra-se desempregada sem condições de sustento, e de seus filhos desta forma faz-se imperioso o pagamento de pensão alimentícia para a Requerente.

Conforme antes demonstrando, o Requerido tem plenas condições de contribuir para prover o sustento dos filhos do casal e, perfeitamente adequado ao quanto previsto pelo artigo 1694, §1º do Código Civil, que dispõe que os alimentos devem ser fixados, considerando o duo – necessidade de quem os pede e possibilidade de quem provê.

Serena, a Requerente aguarda ver o Requerido condenado ao pagamento da pensão alimentícia para si e para os filhos e declarado rompido o vínculo conjugal entre o casal.

DO PEDIDO.

Diante de todo o exposto, requer a Requerente se digne Vossa Excelência:

- 1) determinar a citação do Requerido, por oficial de justiça, conforme artigo 221, II, com os benefícios do artigo 172, §2º, para que venha, querendo, apresentar defesa no prazo de quinze dias, sob pena de entenderem-se verdadeiros os fatos aqui alegados, nos moldes do artigo 319, todos do Código de Processo Civil;
- 2) determinar a intimação do representante do Ministério Público para intervir no feito até o julgamento final;
- 3) julgar o presente pedido totalmente procedente, condenando o Requerido ao pagamento de pensão alimentícia para os filhos do casal, no importe de 30% a título de pensão para os filhos e 5% a título de pensão para a Requerente, totalizando 35% de desconto em folha de seus vencimentos totais, e decretar o divórcio do casal, expedindo-se ofício para registro junto ao Registro Público competente, nos termos do artigo 32 da lei 6.515/77.
- 4) declarar, ademais, que: a) o casal não possui bens a serem partilhados; b) a /requerente voltará a assinar seu nome de Solteira Débora Lima Lopes; c) o direito de visita do Requerido à filhas deverá ocorrer aos fins de semana e feriados intercalados;
- 5) condenar o Requerido ao pagamento das custas e demais despesas processuais e honorários advocatícios a serem arbitrados por Vossa Excelência, em obediência ao quanto previsto pelo artigo 20, CPC.
- 6) Requer-se ainda medida protetiva, na qual o Requerido seja proibido de adentrar a residência da Requerente a não ser para ocasiões de visitação dos filhos estipulada por este juízo, ou quando autorizada pela Requerente.
- 7) a) **Sejam fixados LIMINARMENTE os alimentos provisórios;**

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direitos admitidos, especialmente periciais, documentais e testemunhais, cujo rol a Requerente se permite anexar a presente

petição, informando que as testemunhas comparecerão à audiência a ser designada por Vossa Excelência, sem a necessidade de intimação (doc. 06).

Requer-se os **benefícios da justiça gratuita**, por se tornar impossível seu pagamento sem comprometimento de seu sustento e de seus filhos.

Atribui-se à causa o valor de R\$ 24.000 (vinte e quatro mil reais). (estimativa de R\$ 2.000,00 mensais multiplicado por 12 meses).

Termos em que,

Pede Deferimento.

Manaus, 15 de janeiro de 2012.

FELIPPE ISPER ABRAHIM NETO

OAB/AM 5.279

ROL DE TESTEMUNHAS

- 1) João carlos Lima da Silva, residente na Rua Ildio Lopes, n. 865 – Japiim.
- 2) Ana Paula Cunha Rodrigues, residente na Rua 75, n. 17, núcleo 15 Cidade Nova 3.